

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE PSICOLOGIA E HISTÓRIA

MARINA MASSIMI⁽¹⁾

Universidade de São Paulo - Rib. Preto

A relevância dos estudos históricos no âmbito da Psicologia responde a duas exigências fundamentais.

Uma primeira exigência está implícita na própria natureza do homem, que é um ser histórico. Então, para o homem, o conhecimento da História e o fascínio que esta exerce permitem uma compreensão mais profunda da própria experiência humana. Conforme afirma Le Goff (1986), pedem-se à História respostas para as três questões fundamentais da existência humana: quem somos, donde viemos, para onde vamos.

No que diz respeito ao estudo da História das Ciências (no nosso caso, a História da Psicologia), tal exigência se traduz na oportunidade de cada cientista reconhecer o próprio trabalho como parte de um horizonte mais amplo, constituído não apenas pela produção da comunidade científica internacional atuante hoje, mas também por uma tradição de conhecimentos que se consolidou ao longo do tempo. Além do mais, o estudo da História permite reconstruir uma imagem realista do desenvolvimento de uma determinada área de saber, evidenciando os sucessos e os erros ocorridos e relativizando, nesse sentido, o mito positivista que retrata a ciência como conhecimento perfeito (Feyerabend, 1975).

Uma segunda razão para o estudo da História está relacionada aos objetivos do conhecimento em geral, e das disciplinas psicológicas em particular, sendo assim explicitada por Pernoud: "A História não fornece soluções, mas ela permite, e só ela, pôr corretamente os problemas." (1977, p. 158). Em outros termos, os estudos históricos constituem um recurso valioso para a formulação correta dos problemas que interessam à pesquisa psicológica no presente. Além do mais, numa situação em que a Psicologia procura consolidar sua identidade e sua cientificidade, torna-se cada vez mais necessária uma investigação esclarecedora de seus pressu-

⁽¹⁾ Depto. de Psicologia e Educação
Fac. de Filosofia, Ciências e Letras
End. para correspondência:
Av. A. Constantino, 150. Jardim Recreio
Ribeirão Preto - SP

postos, suas raízes e sua colocação no âmbito de contextos culturais e sociais determinados, ao longo de tempo e do espaço.

A difusão do interesse pela História da Psicologia é documentada por vários sinais, como a fundação de revistas especializadas (por exemplo, o *Journal of the History of the Behavioral Sciences*), a publicação de livros e monografias nessa área (tais como Luek e Miller, 1992 e Mecacci, 1992), e a preocupação crescente dos historiadores e dos psicólogos pelo aperfeiçoamento da metodologia da pesquisa usada e pela reflexão crítica a respeito (Brozek e Pongratz, 1980).

Entre as consequências desse interesse, evidendia-se, de um lado, a ampliação dos estudos históricos em Psicologia no que concerne ao horizonte temporal e à extensão territorial; e, de outro, a indagação do processo de formação dos conceitos utilizados na Psicologia ao longo do tempo e em diferentes áreas do saber. Neste segundo aspecto, a História das Ciências e, em particular, a História da Psicologia, ligam-se estreitamente à História das Mentalidades e à História das Idéias, que abrangem o longo período de gestação ideológica das mesmas (Penna, 1980).

O domínio da História da Psicologia compreende a história dos conceitos que se propuseram no campo do conhecimento psicológico, o estudo das condições culturais, sociais e econômicas que presidiram à sua emergência e a interpretação do desenvolvimento científico da disciplina. Nesse sentido, a História da Psicologia pressupõe uma definição do que é Psicologia e uma teoria da História.

Em particular, é preciso diferenciar entre a História da Psicologia científica e a História das Idéias Psicológicas (que se refere ao período pré-científico do saber Psicológico) e entre História da Psicologia e Epistemologia da Psicologia. A História da Psicologia é descritiva, pois fornece uma reconstrução do percurso real de desenvolvimento dos conhecimentos, enquanto que a Epistemologia da Psicologia é prescritiva, porque propõe critérios tendo em vista um modelo ideal do que seria a ciência psicológica. Em particular, a Epistemologia proporciona critérios de demarcação entre ciência e não ciência. Nesse sentido, o fazer História da Psicologia pressupõe sempre a adoção de uma implícita ou explícita Epistemologia da mesma. Além disso, o estudo da História da Psicologia contribui para fornecer uma imagem não dogmática desta disciplina, apontando para as relações existentes, ao longo do tempo, entre ela e a filosofia, a técnica, o senso comum, à religião, a literatura etc.

Com efeito, a rígida separação imposta pelo Positivismo entre ciência e metafísica, hoje não tem mais razão de ser, pelo reconhecimento de que toda a ciência é produto de um sujeito humano que nunca é abstrato mas é, ao menos em parte, definido pelas circunstâncias históricas (culturais, sociais, econômicas, religiosas) de seu viver.

Além do mais, a definição atual do que é a 'ciência' não corresponde, em

muitos casos, ao que se entendia por essa palavra no passado: por exemplo, a Astrologia ou a Alquimia, ou a Fisiognomia, hoje consideradas como pseudociências, eram reconhecidas a pleno direito como 'Ciências' na Idade Média e no Renascimento. Buscar no passado apenas a origem da nossa ciência atual e do que hoje é aceito como conhecimento científico significa cair na forma de reducionismo historiográfico denominado de 'presentismo'. Pelo contrário, a Historiografia atual da Ciência estuda qualquer objeto que, em uma determinada época, se propôs como conhecimento, sem estabelecer proibições de domínios ou restrições na compreensão das interferências recíprocas entre diversas áreas do saber. Essa mesma abrangência seria desejável no caso de Historiografia da Psicologia.

Evidentemente, essa mudança é, em grande parte, devida à 'resolução' ocorrida na Historiografia geral sob a influência das novas correntes de 'Nova História'. Nessa ótica, os 'fatos históricos' são definidos segundo uma dupla dimensão: como acontecimentos ocorridos e como narrações do historiador. Este, ao fazer o trabalho de reconstrução dos acontecimentos do passado, tem aceso a vestígios de tais acontecimentos, através dos quais é possível elaborar uma descrição e uma compreensão que representam o conhecimento histórico. Nesse processo, a interferência da subjetividade do historiador é ineliminável. O caráter inevitavelmente parcial deste conhecimento não significa, porém, falta de objetividade e relativismo total. De fato, a busca e o estudo dos vestígios, ou fontes, através de uma leitura que evite deformá-los segundo a nossa visão atual, representam um caminho seguro a ser percorrido por quem, sem pretensões e sem preconceitos, tenha um interesse real ao conhecimento do passado.

UM EXEMPLO: DA HISTÓRIA DAS IDÉIAS PSICOLÓGICAS À HISTÓRIA DA PSICOLOGIA, NA CULTURA BRASILEIRA

Os pressupostos do desenvolvimento da ciência no Brasil do século XX podem ser encontrados num processo histórico que, tendo início no século XVI, assumiu suas características específicas e definitivas no século XIX.

A época colonial (1500-1822), profundamente marcada pela experiência de encontro e de choque cultural entre dois mundos - o dos colonizadores portugueses e os dos nativos da Terra de Santa Cruz - é o período histórico em que, de modo irreversível, definiu-se a identidade sócio-cultural do Brasil.

Evidentemente, nesse período não é possível achar uma Psicologia no sentido atual do termo, mas a leitura dos documentos da época revela a existência de formas de conhecimento psicológico tendo diferentes objetivos e difundidas no contexto de diversas áreas do saber. A reconstrução historiográfica desse conhecimento pertence, portanto, ao domínio da História das Idéias, mais do que propria-

mente à História da Psicologia. No âmbito de tratados de Pedagogia ou de Medicina, por exemplo, ou no meio de sermões religiosos e escritos morais, aparecem páginas dedicadas ao estudo de emoções, sensações, desenvolvimento psíquico, doenças mentais, distúrbios de comportamento, métodos de aprendizagem e de controle do comportamento.

Os autores destas obras, intelectuais brasileiros ou que moraram no Brasil grande parte de sua existência, na maioria das vezes autodidatas ou intelectuais formados em Universidades da Europa, estudaram tais assuntos por diversos motivos: em alguns casos, havia um interesse especulativo e doutrinário, em outros casos, havia finalidades de educação religiosa ou moral ou, ainda, a necessidade prática de definir métodos para a terapia e o controle de distúrbios de comportamento. Nesse contexto, os temas de natureza psicológica assumem uma função muito significativa na articulação dos discursos propostos, função não somente filosófica mas também, em muitos casos, de cunho político e social. Os documentos encontrados podem ser estruturados conforme os objetivos abordados.

Um primeiro grupo de fontes refere-se aos processos de "conhecimento-de-si-mesmo" e aos métodos apropriados para alcançá-lo. Reflexões e conselhos desse tipo encontram-se nos escritos de teólogos, filósofos, médicos e pedagogos e, dependendo do enfoque, assumem formas, estilos e conteúdos muito diferenciados. No âmbito da tradição teológica e filosófica, cujo representante mais ilustre é o jesuíta Antonio Vieira, o conhecimento de si mesmo e dos outros tem uma função prática do controle e de modificação do comportamento e é estruturado na base de critérios morais. Tal conhecimento consiste na representação e comunicação da experiência subjetiva elaboradas pelo próprio sujeito. No século XVIII, a exigência de garantir maior objetividade ao estudo do homem torna o conhecimento da subjetividade e do comportamento área de competência das disciplinas médicas. O médico mineiro Francisco de Mello Franco, por exemplo, no livro *Medicina Theológica, ou Suplica Humilde feita a todos os Senhores Confessores e Directores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos peccados, principalmente da Laxivía, Colera e Bebedice* afirma que as chagas todas do coração humano... "podem ser inteiramente curadas pelos médicos". (citado em Massimi, 1985, p. 190).

Um segundo domínio de conhecimentos psicológicos é representado pelo estudo das emoções humanas. O interesse por este tema é muito evidente nos escritos de cunho religioso, moral e médico. As emoções, chamadas de "paixões" ou "afetos da alma" são atribuídas, em alguns casos, a forças de natureza física ("humores"), ou ao movimento dos nervos; em outros casos, elas são consideradas afeições da alma, independentes da disposição e de constituição do corpo. Destaca-se, nesse âmbito, a descrição da fenomenologia da tristeza elaborada por Vieira em um famoso sermão de 1654. Sob o estímulo da filosofia empirista, o interesse pelos fenômenos sensoriais comparece em vários escritos do século XVIII, por exem-

plo nos *Elementos de Hygiene* do já citado Francisco de Mello Franco (Franco, 1823) e no *Problema de Arquitetura Civil* de Mathias Aires Ramos da Silva de Eça (Eça, 1778). A atividade sensorial é considerada a origem de todo o conhecimento e, por causa disso, a educação dos sentidos é muito valorizada pelos autores. Além das sensações externas, é reconhecida a existência de impressões produzidas pelos órgãos internos do corpo humano: dessas derivam inclinações, afetos e caracteres morais. O determinismo organicista implícito nessas posições é a premissa de uma nova posição epistemológica que põe o método experimental à base do conhecimento objetivo. Os conceitos psicológicos não são derivados do "conhecimento interior" mas da observação sistemática que permite a inteligência das leis naturais. Somente as causas naturais são reconhecidas como condições necessárias para a explicação dos fenômenos sensoriais, recusando-se qualquer especulação e hipótese de tipo metafísico. Outro tema da natureza psicológica discutido nos documentos do período colonial é o da educação e do controle do comportamento infantil. O interesse por este assunto comparece desde o século XVI, nos relatos dos missionários jesuítas que se referem às práticas educativas dos índios, e é desenvolvido de forma sistemática no século XVII, abordando-se, inclusive, a questão da educação e do desenvolvimento da personalidade feminina. Uma contribuição muito significativa a respeito e o tratado *Arte de criar bem os filhos na idade puerícia* do jesuíta Alexandre de Gusmão (Gusmão, 1685). A personalidade infantil é considerada como uma *tabula rasa* sujeita às influências determinantes do ambiente e das práticas educativas: "Conforme a primeira doutrina, conforme a primeira educação que deres a vossos filhos, podereis conhecer o que ham de vir a ser". (Gusmão, citado em Massimi, 1985, p. 245). Na visão dos iluministas brasileiros do século XVIII (Francisco de Mello Franco, Mathias Aires da Silva de Eça, José Azevedo Coutinho), o preceito moral é substituído pela lei natural e a educação é transformada num processo submetido às regras e aos critérios objetivos do método científico. Recursos e observações que poderiam ser definidos como de natureza psicológica são empregados para conhecer e manipular o comportamento dos índios. Nos *Apointamentos para a Civilização dos Índios do Império do Brasil* 1965, por exemplo, o político e cientista José Bonifácio de Andrade e Silva esboça uma teoria do homem no estado selvagem, citado em Massimi, 1985, e indica técnicas para sua domesticação inspiradas nas doutrinas filosóficas de Lamettrie e dos demais filósofos mecanicistas franceses do século XVIII. O homem 'primitivos' é definido como um mero autômato cujas molas podem ser postas em ação pelo exemplo, educação e benefícios (Massimi, 1985). Os apontamentos de Andrade e Silva (1965) são exemplos de um tipo de literatura muito difundida na época. Com efeito, ao longo dos três séculos de colonização portuguesa, missionários e políticos elaboraram 'projetos' cujo objetivo era o de colocar o índio dentro de um determinado horizonte cultural, social, político e religioso, construído na base dos pressupostos teóricos

da ciência ocidental. A finalidade prática de tais projetos era a de tornar o Brasil um "laboratório experimental" para verificar a hipótese de formação do homem e do cidadão moderno, formada pelos intelectuais na Europa. Por esse motivo, o estudo desse tipo de documentação é particularmente significativo, pois nela evidenciam-se diversas perspectivas antropológicas características de tais "utopias". Ao longo dos séculos XVIII e XIX, tais projetos assumem uma dimensão científica e sua função torna-se mais clara e unívoca: trata-se da criação do cidadão brasileiro à medida do Estado nacional, criação inspirada num tempo, por uma visão iluminista do homem e da sociedade e, num segundo momento, pelo Positivismo. Estas elaborações teóricas ocorrem contemporaneamente ao processo de Independência do Brasil e a sua consolidação como Estado moderno. Nesse contexto, os conhecimentos psicológicos torna-se-ão instrumentos úteis para favorecer a adaptação dos sujeitos ao corpo social em formação. A evolução das "idéias psicológicas" numa ciência do comportamento propriamente dita ocorre no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX. Na primeira metade do século XIX, a *Psychologia* considerada como uma disciplina especulativa, torna-se objeto de ensino e de estudo no âmbito de outras áreas de conhecimento (Filosofia, Medicina, Direito, Pedagogia e Teologia); na segunda metade do século, ela se afirma como ciência autônoma construída com base nos postulados positivistas e tendo aplicações práticas como meio e intervenção social clínica. O domínio dos "fatos psicológicos" enquanto objeto peculiar de pesquisa, de terapia e de prevenção, define-se num primeiro momento, como área de competência da Medicina. Com efeito a Medicina brasileira do século XIX propõe um novo tipo de saber global acerca do homem, que compreende não somente as dimensões físicas e morais da experiência individual, mas também as relações desta com seu contexto ambiental. Nesse sentido, os estudos médicos constituem-se numa área privilegiada para promover o desenvolvimento de teorias e práticas psicológicas fundadas no método científico: de tal forma, o objetivo que será próprio da Psicologia Clínica define-se nesse âmbito. É de grande interesse, para documentar este processo, a leitura das teses elaboradas pelos médicos brasileiros nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Essas não se destacam tanto pela originalidade das conceituações (na maioria das vezes repetições das doutrinas francesas) quanto pela escolha das problemáticas a serem discutidas, que visam o conhecimento e a "direção" do homem como totalidade física, psíquica e social. Os temas abordados são muito diversificados: psicologia da personalidade feminina, doenças de origem sexual, relações familiares, higiene de desenvolvimento e das condições sociais, a formação mental e saúde psíquica, emoções e afetos, comportamentos sociais, influências do estado subjetivo sobre o estado físico do indivíduo e vice-versa, frenologia, terapia das manifestações patológicas da subjetividade. Desse modo, a filantropia médica substitui a antropologia e a ética de matriz religiosa que norteavam o mundo cultural e social

do Brasil Colonial. O doutor A. J. Rosário sintetiza nessas palavras as competências e os objetivos de sua profissão: "Cabe ao médico, é tarefa dele, regular as funções intelectuais do homem, dirigir sua conduta moral ... pois cabe a ele a honrada e espinhosa missão de tornar o mais perfeitas possível as raças humanas" (Rosário, 1839, p. 2).

A exigência de introduzir uma metodologia científica para o conhecimento e o controle da subjetividade tendo o objetivo de formar o indivíduo desde os primeiros anos de sua existência, afirma-se no contexto da Pedagogia. As graves carências do sistema educacional brasileiro do século XIX, impõem a necessidade de organizar o ensino segundo métodos "racionalis" (Russel, 1849), inspirados nos modelos europeus e norte-americanos. Por isso, nos currículos, assume um papel relevante a disciplina chamada de "Metódica e Pedagogia" no âmbito da qual são abordados vários temas de Psicologia. O ensino da disciplina "Psicologia Aplicada ao Desenvolvimento Infantil" é implantado pela primeira vez na Escola Americana de São Paulo, 1870.

Nesses mesmos anos, a difusão da filosofia positivista no mundo intelectual brasileiro fornece a perspectiva ideológica que determinará a organização e o progresso da sociedade brasileira. Nessa ótica, a Psicologia representará base científica da Pedagogia.

Referências Bibliográficas

- Andrada e Silva, J.B. (1965). *Apostamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil*. Santos: ISEPU. Texto original de 1823.
- Brozek, J. e Pongratz, L. J. (Orgs) (1980) *Historiography of Modern Psychology*. Toronto: Hogreffe.
- Eça, M.A.R. da S. (1752) *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens: os Discursos Morais sobre os Efeitos da Vaidade*. Lisboa: Oficina Francisco Luís Ameno.
- Eça, M.A.R. da S. (1778) *Problema de Arquitetura Civil*. Lisboa: Galhardo.
- Feyerabend, P. (1957) *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Franco, F. de M. (1794). *Medicina Theologica ou Suplica Humilde Feita a todos os Senhores Congressores e Directores sobre o Modo de Proceder com seus Penitentes na Emenda dos Pecados, principalmente da Luxúria, Cólera e Bebedices*. Lisboa: Oficinas de Antonio Rodrigues Filhardo.
- Franco, F. de M. (1823) *Elementos de Hygiene*. Lisboa: Academia Real das Ciências.
- Gasmão, A. (1685). *A Arte de Criar bem os Filhos na Idade da Puerícia*. Lisboa: Deslandes.
- La Goff, J. (1986) *A Nova História*. Lisboa: Editora 70.
- Lueck, H.E. e Miller, R. (Eds) (1992) *Illustrierte Geschichte der Psychologie*. Munique: Quintessenz.
- Massimi, M. (1985) *História das Idéias Psicológicas em Obras de Autores Brasileiros do Período Colonial*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, USP.
- Massimi, M. (1989) *O Ensino da Psicologia em Instituições de Ensino Brasileiras do Século XIX*. Tese de doutoramento. Instituto de Psicologia, USP.
- Mecacci, L. (1992) *Storia della Psicologia del Novecento*. Bari: Laterza.

- Penna, A.G. (1980) *História das Idéias Psicológicas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pernould, R. (1977) *O Mito da Idade Média*. Lisboa: Edições Europa-América.
- Rosário, A.J. (1839) *Dissertação sobre a Influência dos Alimentos e Bebidas sobre o Moral do Homem*. Rio de Janeiro: Laement.
- Russell, Y. (1849) *Lyceu Paulistano: Programa*. São Paulo: Typografia do Governo.